

## Crime político e terrorismo: alguns aspectos

LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA \*

“*Ista quidem vis est!*” (Mas isto é violência!) – Gaius Julius Caesar (100-44 a.C.) exclamou, quando Lucius Tillius Cimber agarrou-o pelos dois ombros e um dos Cascas (Servilius Casca), por atrás, enfiou-lhe o estilete debaixo da goela, seguido pelos demais conspiradores, que lhe fizeram no corpo cerca de vinte e três feridas<sup>1</sup>. Esta violência, o assassinato de Julius Caesar, no ano 44 a.C., constituiu um *perduellio*<sup>2</sup> ou *crimen laesa majestatis*, i. e., crime cometido contra um representante da república, com objetivo político, um ato de sedição, o que William Shakespeare ressaltou, ao teatralizar o episódio no início do século XVII, quando imaginou Julius Cornelius Cinna, um dos assassinos, a gritar, logo em seguida ao feito: “*Liberty! Freedom! Tyrany is dead*”<sup>3</sup>. Libertas, porém, significava liberdade para o Senado, com a restauração da república aristocrática, dominada pelo patriciado, e a preservação da *mos maiorum*, ou seja, dos costumes, da tradição. E tal foi, *inter alia*, o propósito que animou os conspiradores, articulados Marcus Iunius Brutus (85-42 a. C)<sup>4</sup> e Gaius Cassius Longinus (?-42a.C.), a esfaquearem Julius Caesar, pois temiam que ele assumisse o título de rex (rei).

O assassinato de Julius Caesar constituiu um ato de terror individual, como a partir do século XIX foram denominados os assassinatos de autoridades e governantes, i. e., foi um dos inúmeros crimes políticos, ocorridos ao longo da história, desde a formação do Estado, ou

seja, do *dominium* que exerce *imperium* (poder) sobre os homens, quer sob a forma de república quer como principado (monarquia), conforme o conceito amplo de Niccolò Machiavelli (1469-1527)<sup>5</sup>. Em Roma, já nos primeiros tempos da República, considerava-se *perduellio* todo ato que atentasse contra o Estado ou a paz, e seu autor (*perduellis*) era levado perante o povo (*populi judicio*), e executado, se fosse condenado. Lúcio Cornelio Silla (138-79 a.C.), durante a sua ditadura (82-79 a.C), decretara a Lex Cornelia de Maiestatis (8-82 a.C), regulando o procedimento penal contra o *crimen majestatis*, de modo a proteger tanto a pessoa dos governantes como as instituições políticas, punindo quem executasse, colaborasse ou planejasse atentado contra os *Magistratus Populi Romani*, ou contra quem tivesse *imperium* ou *potestas*. Em 70 a.C, a legislação de Silas foi abolida, mas foi Julius Caesar, provavelmente, que promulgou, por volta de 46 a.C a Lex Julia de Maiestatis, para punir os delitos contra o povo romano e sua segurança, incluindo alta traição, sedição, deserção do exército, ataques criminosos contra magistrados e outros<sup>6</sup>. A Lex Julia de Maiestatis não foi aplicada contra Cinna, Brutus, Cassius, Cimber e outros assassinos de Julius Caesar. Como sempre, a eficácia da lei dependeu da correlação de forças políticas. O Senado, controlado pelos patrícios, a casta dominante privilegiada, percebia geralmente os ditadores assassinados,

como demagogos e egoístas, cujas medidas de caráter popular visavam a possibilitar a restauração da monarquia, e consideravam os assassinos salvadores da liberdade republicana<sup>7</sup>. Assim, incapaz de tomar uma atitude consistente, o Senado negociou com Marcus Antonius, que assumira o controle de Roma e queria consolidar-se no poder, e concedeu anistia aos criminosos<sup>8</sup>, ao mesmo tempo em que ratificava os atos de Julius Caesar. Porém, após o funeral, o povo, que simpatizava com Julius Caesar, levantou-se, os tumultos recrudesceram e Brutus, Cassius e demais conspiradores, impopularizados, fugiram de Roma para a Grécia. Nenhum sobreviveu três anos e nenhum morreu naturalmente<sup>9</sup>. Em 43 a.C., Caius Julius Caesar Octavianus (62-14 a.C.), sobrinho-neto e herdeiro de Julius Caesar, Marcus Antonius (83-30 a.C.), e Marcus Aemilius Lepidus (?-13/12 a.C) formaram um segundo triunvirato e desencadearam o terror, proscrevendo (assassinando ou exilando) cerca de 300 senadores (*optimates*, representantes da aristocracia patricia), inclusive Marcus Tullius Cicero (106-43 a.C) e 200 equites (comerciantes enriquecidos, coletores de taxa e outros agraciados). Depois, suas tropas perseguiram Brutus, Cassius e Casca, que se suicidaram, em 42 a.C., após perderem duas sucessivas batalhas, em Philippos<sup>10</sup> (Macedônia). Caius Julius Caesar Octavianus, posteriormente, rompeu com Marcus Antonius, a quem derrotou na batalha de Actium<sup>11</sup> (31 a.C), e, após ser eleito Princeps Senatus (28 a.C.) e tornar-se imperador com o título de Augustus Caesar Octavianus (27 a.C), revigorou, por volta de 8 a.C, a Lex Julia Maiestatis, incluindo então os atentados contra os princeps. A severidade da lei, entretanto, não impediu que os crimes, inclusive o assassinato de imperadores,

continuassem a ocorrer, como instrumento político na luta pelo poder. Os imperadores Caius Caesar Germanicus, celebrizado como Calígula (12-41 d.C), e Tito Flavius Domicianus (51-96 d.C.)<sup>12</sup>, último da dinastia dos Flavii (Flavia)<sup>13</sup>, foram assassinados no palácio por soldados de sua Guarda Pretoriana. Marcus Aurelius Antonius Basianus<sup>14</sup> (188-217 d.C.), conhecido como Caracalla<sup>15</sup>, foi morto na Mesopotâmia pelo comandante da Guarda Pretoriana, Marcus Ofelius Macrinus. E em 455 Valentinianus III (419-455), imperador do Ocidente, foi morto por soldados da guarda pessoal do general Flavius Aetius, Roman General (cerca 396-454), a quem ele assassinara um ano antes, com as próprias mãos, por temer que ele quisesse ocupar o trono de Roma.

Os assassinatos, com fins políticos, não resultaram apenas de conspirações palacianas. Os povos, que Roma dominava, apelaram para as ações de terror, como forma de insurgência. Na Judéia, na medida em que o jugo de Roma se fez mais opressivo, aumentando o desespero do povo, os zelotes, uma seita judaica, empreenderam, no ano 48a.C., uma campanha terrorista para encorajar a insurreição, mediante o assassinato de legionários romanos e de judeus colaboradores, por *sicarii*, que se infiltravam nas cidades e os apunhalavam com a sica (adaga curva)<sup>16</sup>, ou sequestravam membros da guarda do Templo para pedir resgate, ou usavam veneno em larga escala<sup>17</sup>. Iesus Chrestus provavelmente fora um zelote, pois tanto a morte na cruz, forma usada pelos romanos para executar os rebeldes, quanto a inscrição I.N.R.I (Iesus Nazarenus Rex Iudaeorum)<sup>18</sup>, indicaram a sua condenação por crime de *perduellio*, i. e., sedição contra Roma, *species atrocissima criminis laesa majestatis*, ao proclamar-se Messias, Rei

dos Judeus e defender o não pagamento de tributo ao Caesar. Porém, cerca de 200 anos depois, Flavivs Valerivs Clavdivs Constantinvs (307 a 337 d.C.) adotou o cristianismo como religião oficial do Império Romano, cuja capital transferiu para Constantinopla (Bizâncio), e em 325 convocou o Concílio Ecumênico de Nicéia. O monoteísmo, acabando a pluralidade de deuses, legitimou o absolutismo do monarca, cujo poder, soberano, não podia ter limite jurídico, i. e., não podia ser limitado pelos direitos públicos subjetivos, ou autolimitar-se, porque ele era a própria fonte do direito. A princípio, o paganismo foi apenas tolerado<sup>19</sup>. E os sucessores de Constantinvs começaram a considerar-se divinos, mestres das condições materiais e temporais da Igreja, ao mesmo tempo em que buscavam reter a autoridade de Pontífice Máximo (Pontifex Maximus), ante a qual a autoridade civil se inclinava. O Império Romano, bizantino, tornou-se assim um Estado teocrático, como o existente na Judéia, para o qual os delitos religiosos configuravam crimes políticos. O domínio da religião, como Karl Marx observou, foi a religião do domínio (Herrschaft), no Império Romano cristão<sup>20</sup>, só importava o monarca, um ser de origem divina, que personificava o Estado, cuja contextura institucional assentava-se sobre o dogma da soberania uma e indivisível da coroa.

Os crimes políticos, visando a modificar as relações de poder, subverter ou manter o domínio, ocorreram, ao longo da história. Na Inglaterra, os reis Edmund I (940-946), Edward (975-978) e Edmund II (este reinou apenas sete meses em 1016) foram assassinados. Durante muitos séculos, ao longo da Idade Média, o punhal e a adaga, o veneno e fogo, bem como o arco e flecha serviram como instrumentos políticos, para matar e destruir, na luta pelo poder ou contra o

poder. A partir do século XV, a pistola incorporou-se ao arsenal dos conspiradores. O terrorismo acompanhou o desenvolvimento tecnológico. E em 1758, Dom José I, rei de Portugal, sofreu um atentado a bala, do qual escapou seriamente ferido. Em 1775 foi a vez de Luiz XV, rei de França. O tratamento dado aos conspiradores, nos dois casos, correspondeu aos costumes da época: foram submetidos a toda sorte de castigos físicos, durante horas, antes do *coup de grace*. O terror individual, como sempre, desencadeou o terror do Estado. Quer fosse individual ou de massas, quer contra o Estado quer o terror do Estado, o terror constituiu sempre um elemento essencial em todas as conspirações e em todas as revoltas, assim como na repressão, inclusive das heresias, ou seja, das doutrinas contrárias aos dogmas da Igreja, que era parte integrante da ordem política feudal, na qual toda forma de direito e de liberdade se manifestava como um privilégio. Porém, terror, como expressão, significando, de modo vago, o recurso à violência como arma política, quer com objetivo revolucionário ou de repressão, a fim de gerar sentimentos de pavor e atemorizar os adversários, somente se difundiu a partir da Revolução Francesa, quando o líder dos jacobinos, Maximilian Robespierre (1758-1794), instalou o regime *de la terreur*, durante o qual o *Tribunal Révolutionnaire*, entre 17 de abril de 1793, data de sua fundação, até 22 de Pradial e 9 de Thermidor (27 de julho de 1794), ou seja, em 15 meses, mandou executar cerca de 3.964 pessoas<sup>21</sup>. O político e publicista Edmund Burke (1729-97) foi que a popularizou na Grã-Bretanha, ao criticar a Revolução Francesa, referindo-se a Robespierre e aos jacobinos como “those hell-hounds called terrorists [who] are let loose on the people”<sup>22</sup>. O terrorismo individual, não obstante, não

cessou. Em pleno régime *de la terreur*, 13 de julho de 1793, a jovem aristocrata Marie-Anne Charlotte de Corday d'Armont (1768-1793), apunhalou Jean Paul Marat (1743-1793), um dos líderes da revolução e editor do jornal *l'Ami du Peuple*. Ela se tornara republicana, porém, chocada com a proscrição dos girondinos (*la Proscription des Girondins* – 2 juin 1793), considerava Marat, que todo dia reclamava mais cabeças para a guilhotina, era em larga medida responsável pelo sofrimento do povo francês e decidiu eliminá-lo do país<sup>23</sup>. Guilhotinada quatro dias depois, em 17 de julho, ela se tornou uma heroína para o povo francês, mas a repressão recresceu ainda mais, ao ponto de tornar-se a república odiosa e *la terreur* deixar de aterrorizar<sup>24</sup>, possibilitando *le coup d'Etat de 8 Thermidor* (26 de julho de 1794), que derrubou *la dictature* de Robespierre, condenado pelo *Tribunal Révolutionnaire* e guilhotinado le 10 Thermidor (28 julho de 1794), cerca de um ano depois de Charlotte de Corday.

### Marx e Engels e o terrorismo

No transcurso do século XIX, o terrorismo individual, ou seja, o recurso ao assassinato e aos atentados a bomba, continuaram como tática de luta política. No Brasil, em 25 de março de 1824, os liberais republicanos tentaram incendiar o teatro onde se realizaria o espetáculo de gala, solenizando a solenidade de outorga da Constituição, a fim de que pudessem assassinar Dom Pedro, mas logo no início do tumulto ele saiu, ileso, sem saber sequer que seria vítima de um atentado<sup>25</sup>. Em outros países da América, também houve atentados e atos terroristas, ingrediente consubstancial com revoltas, sublevações e guerras civis e estrangeiras. Mas na Europa, o terrorismo assumiu contornos de doutrina, configurando uma estratégia

insurrecional para os movimentos nacionalistas e republicanos, tais como os Carbonari<sup>26</sup>, os Fenianos<sup>27</sup> e outros, que apareceram em grande número de países da Europa, assim como para certos setores da emergente classe operária, na Grã-Bretanha e na França, desesperados com as condições de vida geradas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial. Carlo Pisacane (1818-1857)<sup>28</sup>, um dos líderes da luta pela reunificação da Itália, ao tempo do Risorgimento, defendeu a violência como método de ação política, com objetivo didático, porém, Karl Marx e Friedrich Engels opuseram-se a qualquer procedimento que pudesse implicar terrorismo, criticando-o, quando, em 18 de setembro de 1867, um grupo de Fenianos, em Manchester, assaltou um carro da polícia, libertou seus correligionários presos, após matar a tiros os agentes, que os escoltavam. Os autores da operação não foram descobertos, mas o governo encarcerou enorme número de Fenianos, acusou-os do crime executou três, apesar de que não pudesse produzir nenhuma prova concludente contra eles. Como represália, promovendo o pânico em toda a Inglaterra, os Fenianos lançaram então uma bomba diante dos muros do presídio de Clerkenwell, bairro de Londres, habitado por gente simples e proletária, o que resultou na morte de alguns homens e deixou mais de 100 feridos<sup>29</sup>. Embora simpatizasse com o movimento pela libertação da Irlanda, Marx condenou o atentado. Em carta a Engels disse que “dieser letzte Fenianexploit in Clerkenwell ist eine große Dummheit”<sup>30</sup>, i. e., que a explosão de Clerkenwell fora “uma grande estupidez”. Na sua opinião, esse atentado prejudicaria, sobretudo, os próprios Fenianos, arrefecendo ou mesmo liquidando a simpatia dos operários ingleses pela causa irlandesa. Engels, dias depois, respondeu a Marx e,

ao considerar a “Clerkenwell Dummheit” como obra de “Spezialfanatiker” (especiais fanáticos), observou que o azar de todas as conspirações era conduzir a tal estupidez<sup>31</sup>. Segundo Engels, muito ruído se fez na América<sup>32</sup> em torno desse tema – explosão e incêndio – e então vieram “alguns asnos e promoveram tal idiotice”. “Diese Menschenfresser sind dabei meist die größten Feiglinge” (Esses canibais são no mais das vezes os maiores covardes) – Engels asseverou e, após observar que William Phillip Allen, executado por causa do assalto ao camburão da polícia, parecia ter testemunhado, disse ironicamente que nisso estava a ideia de incendiar uma alfaiataria em Londres para libertar a Irlanda<sup>33</sup>.

Marx e Engels também se opuseram, dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), às atividades e ideias de Michael Bakunin (1814-1876), imigrante russo e um dos ideólogos do anarquismo, que defendia a abolição de todos os Estados, destruição da toda a civilização burguesa, a fim de levantar sobre suas ruínas, de baixo para cima, uma federação de associações dos produtores livres de todos os países, “um novo mundo humano”<sup>34</sup>. “Onde existe o Estado existe inevitavelmente a dominação, por conseguinte, a escravidão; o Estado sem escravidão – aberta ou mascarada – é impossível: é a razão pela qual somos inimigos do Estado” – assim pensava Bakunin<sup>35</sup>, acusando Marx de comandar os “revolucionários doutrinários”, que apoiavam em todas as partes “o estatismo e os estatistas contra a revolução do povo”<sup>36</sup>. O antagonismo entre eles recresceu depois que Bakunin, após fundar a Allianz der sozialistischen Demokratie, para dividir a Associação Internacional dos Trabalhadores, juntou-se a Serguei Guennádievich Netchayeve

(1847-1882)<sup>37</sup> e com ele se comprometeu a publicar uma série de escritos revolucionários e enviá-los à Rússia<sup>38</sup>. Marx e Engels, que em 1872 já suspeitavam fosse Netchayeve<sup>39</sup> um “russischer Agente provocateur”<sup>40</sup>, publicaram, em 1873, uma brochura – *La Alliance de la Démocratie Socialiste et la Association Internationale des Travailleurs*<sup>41</sup> –, criticando acerbamente tais escritos, como *Der Revolutionskateschismus* (O Catecismo da Revolução), atribuído a Netchayeve<sup>42</sup>, segundo o qual “um revolucionário (...) não conhece senão uma só ciência: a da destruição”; e “para ele, o que é moral, é o que favorece o triunfo da Revolução, o que é imoral e criminoso, é o que a contraria”. “Os camaradas terão de fazer listas dos seus condenados, classificados de conformidade com as suas malefícências relativas e os interesses da obra revolucionária, de tal modo que os primeiros números sejam liquidados antes dos outros” – determinava *Der Revolutionskateschismus*, ressaltando, em outro parágrafo, que era “necessário executar primeiramente os indivíduos mais perigosos para a organização revolucionária, e aqueles cuja morte violenta e súbita é a mais apropriada para assustar o governo e enfraquecer sua força, privando-os dos seus auxiliares mais enérgicos e mais inteligentes”<sup>43</sup>. *Der Revolutionskateschismus* recomendava, por fim, a aliança “com o mundo dos aventureiros e dos bandidos, que são, na Rússia, os únicos verdadeiros revolucionários”, para lutar “contra todos os auxiliares diretos ou indiretos do Estado: nobreza, burocracia, clero, grandes e pequenos comerciantes, e numa palavra, contra todos os exploradores do povo”<sup>44</sup>.

Fiodor Dostoiévski (1821-1881) inspirou-se em Netchayeve, ao escrever *Os demônios*, a fim de expor a questão

em forma de novela e dar uma resposta clara à pergunta: como, na sociedade russa, que atravessava um período de transição, podiam aparecer não apenas um Netchayeve, mas vários Netchayeves, e de como podiam esses Netchayeves recrutar adeptos? De fato, Netchayeve e Bakunin fizeram escola. Eles, por entenderem que os revolucionários não deviam ensinar ao povo, mas agitá-lo, consideravam o ladrão russo “o verdadeiro e único revolucionário”, o revolucionário sem frase, sem a retórica retirada dos livros. E o médico francês Paul Brousse (1844-1912) caiu sob a sua influência, no início da década 1870, e tornou-se um dos expoentes da corrente anarquista, ao defender a *propagande par le fait*<sup>45</sup>, ou seja, a propaganda através da ação, da criação de fatos, com atos de violência, adotando o assassinato como principal procedimento. Os atentados começaram então na França, primeiro para vingar os 20.000 mortos, entre os quais centenas de anarquistas, na brutal repressão da Comuna de Paris; e, depois, com o propósito de encorajar o povo a rebelar-se, mostrando-lhe que os governantes e os burgueses podiam ser destruídos. Um congresso anarquista, realizado em *La Chaux-de-Fonds* (Suíça), em 1879, aprovou finalmente essa estratégia e o terrorismo individual, acompanhando o desenvolvimento tecnológico, ampliou seu poder de destruição, com a dinamite, inventada em 1868 por Alfred Nobel e empregada em várias indústrias. François Claudius Koenigstein, ou Ravachol (1859-1892), chamado a “voz da dinamite”, foi quem então personificou, na França, o revolucionário idealizado por Netchayeve, que rechaçava toda a moralidade como preconceito burguês e não admitia limites para a ação revolucionária. Ele apregoava que

(...) il était permis d'attaquer ouvertement ces gens-là sans crainte de la police et par conséquent pour se peau (sic) on n'irait pas détruire leurs habitations à l'aide engins explosibles, moyens qui peuvent tuer en même temps qu'eux la classe souffrante qu'ils ont à leur service.

A condenação à morte dos anarquistas franceses Decamp, Dardare e Léveillé, em agosto de 1891, induziu Ravachol a promover a vingança, mediante uma sucessão de atentados terroristas. Em 2 de março de 1892, fez explodir o apartamento do presidente da Corte de Justiça, M. Benoit, quatro dias depois ocorreu outra explosão no Quartel Lobau e, no dia 27, na residência de M. Bulot, o procurador da República. E assim o terror foi deflagrado em Paris, onde as repetidas explosões, matando pessoas e destruindo propriedades, alarmou seus habitantes. Ravachol foi preso em 30 março de 1892 e condenado a prisão perpétua. Porém, dois meses mais tarde, em Montbrison, a corte de Justiça de Loire condenou-o à morte por um assassinato cometido em 18 junho de 1891, diversos delitos e dois outros crimes comuns em 1886 e 1891. Após o pronunciamento da sentença, ele gritou “Vive l'Anarchie !”

A execução de Ravachol ocorreu em 11 julho de 1892, em Montbrison. Mas os atentados e as explosões não cessaram. Em 9 de dezembro de 1893, Auguste Vaillant (1861-1894) lançou uma bomba na Câmara dos Deputados, em Paris. Ninguém saiu ferido. Foi uma ação simbólica. O objetivo não fora matar, mas ferir um grande número de deputados, que logo reagiram, aprovando em 12 de dezembro, a primeira das *lois scélérates*, para reprimir a imprensa anarquista. E Auguste Vaillant, preso, declarou, perante a Corte de Justiça:

“Messieurs, dans quelques minutes, vous allez me frapper, mais en recevant votre verdict, j'aurai au moins la satisfaction d'avoir blessé la société actuelle, cette société maudite où l'on peut voir un homme dépenser inutilement de quoi nourrir des milliers de familles, société infâme qui permet à quelques individus d'accaparer les richesses sociales (...) Las de mener cette vie de souffrance et de lâcheté, j'ai porté cette bombe chez ceux qui sont les premiers responsables des souffrances sociales”.

Vaillant, foi condenado à morte e guilhotinado, aos 33 anos, em 5 de fevereiro de 1894, gritando: *Mort à la société bourgeoise et vive l'anarchie*”. E uma semana depois de sua execução, outro anarquista Émile Henry Gauvreay, jovem de 20 anos, estudante da Escola Politécnica, fez explodir uma bomba no Café Terminus, próximo da Gare Saint Lazare. Preso, confessou que sua intenção era realmente matar e demonstrou terrível frieza perante a Corte de Justiça do Sena, ao justificar o terrorismo, que acarretava a morte de pessoas inocentes. “A bomba encontrada no Café Terminus é a resposta a todas as violações à liberdade, às prisões, às buscas, às leis contra a imprensa, às deportações em massa, às guilhotinas” – Émile Henry proclamou, acrescentando:

“Não pouparemos as mulheres e crianças burguesas porque as mulheres e crianças daqueles que amamos também não foram poupadas. Não deveríamos incluir entre as vítimas inocentes, as crianças que morrem lentamente de anemia nos cortiços porque não há pão em suas casas? As mulheres que vão se tornando cada vez mais pálidas trabalhando nas fábricas, esfalfando-se para ganhar alguns tostões por dia e podendo se considerar felizes se a pobreza não as levar à prostituição? Ou os velhos

que foram tratados como máquinas durante toda a vida e que agora são lançados ao monte de refugos nos asilos, quando já não têm mais forças para trabalhar? Tenham ao menos a coragem de assumir seus crimes, cavalheiros da burguesia, e reconheçam que nossas represálias são totalmente válidas”<sup>46</sup>.

Três dias antes do julgamento de Émile Henry, que ocorreu em 27 e 28 junho de 1894, um anarquista italiano, Jerônimo Santo Caserio, em 24 de junho de 1894, apunhalou o presidente da França, Marie Françoise Sadi Carnot (1837-1894)<sup>47</sup>, para vingar a execução de Auguste Vaillant. Santo Caserio foi executado em 15 de agosto de 1894. Diante da guilhotina gritou: “Corragio camaradi, viva l'anarchia!”. Émile Henry, condenado inicialmente a trabalhos forçados, recebeu depois a pena de morte, em virtude de outros atentados<sup>48</sup> que praticara, e foi executado em 5 de fevereiro de 1895. Eles matavam, dispostos a morrer. E assim os atentados, as explosões de bomba, provocando a perda de vidas e a destruição de propriedades, as prisões em massa e as execuções se sucediam e conformavam o círculo vicioso, em que o estado de terror e o terror de Estado reciprocamente se realimentavam.

Embora nem todas as correntes anarquistas defendessem a propaganda através do fato e/ou praticassem o terrorismo individual<sup>49</sup>, a ação direta constituiu, geralmente, seu principal método de luta, visando a destruir a sociedade capitalista e o Estado. E o conceito da ação direta, a forma de ensinar aos trabalhadores a agir, solidariamente, na luta por melhores condições de trabalho, e a conhecer através da própria experiência as necessidades da revolução, implicava manifestações de massa greves, boicotes, sabotagens ou, até mesmo, o

assassinato e a bomba. A destruição de máquinas, o incêndio de fábricas ou o assassinato de seus proprietários, o atentado contra governantes, eram, geralmente, aceitáveis para os anarco-sindicalistas (anarquistas vinculados ao movimento operário) e poucos consideravam tais feitos como terrorismo<sup>50</sup>. Entretanto, o terrorismo individual, promovido por um pequeno número de anarquistas, que atuavam, isoladamente, com o propósito de desencadear a revolução social e destruir o Estado, não floresceu somente na França. Estendeu-se a diversos países, sobretudo Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, EUA e Rússia, e uma série de atentados, como o assassinato de membros reais, homens de governo e explosões a bomba, nem todos, decerto, cometidos por anarquistas, ocorreram, entre os anos 70 do século XIX e a primeira década do século XX.

Em 11 de maio de 1878, o funileiro Emil Heinrich Max Hödel (1857-1878), em Berlim, atentou contra a vida do imperador da Alemanha, Wilhelm I, mas fracassou. Três semanas, depois, um intelectual, Karl Edward Nobiling, promoveu outro atentado e, como Hödel, não teve igualmente êxito<sup>51</sup>. Nobiling, em seguida, suicidou-se. Hödel foi decapitado em 16 de agosto de 1878. Marx condenou esses atentados, que permitiram ao Kanzler Otto von Bismarck, chefe do governo de Wilhelm I, reprimir o movimento operário, com a aprovação pelo Reichstag, em outubro de 1868, de uma lei, proscrevendo a socialdemocracia, constituída como partido em 1869<sup>52</sup>. E Engels comparou a *Dummheit* (estupidez) de Hödel e Nobiling com os atentados cometidos pelos Fenianos, no parque Phönix (Irlanda), que qualificou como não só como “bloÙe Dummheit” (mera estupidez), mas como “pure bakunistische, renommistische,

zwecklose ‘propagande par le fait’”<sup>53</sup>. Pouco tempo depois, na Espanha, um tanoeiro, Juan Oliver Moncasi, atentou contra a vida do rei Afonso II. E, nos EUA, onde o presidente Abraham Lincoln<sup>54</sup> fora morto em 1865, Charles J. Guiteau, em 2 de julho de 1881, assassinou outro presidente, James Abram Garfield (1831-1881), na estação ferroviária de Washington, após escrever uma carta, alegando que resolvera removê-lo do governo, porque ele provara ser traidor e estava pondo em perigo a república<sup>55</sup>. O terror, porém, não se limitou ao assassinato do presidente Garfield. Em 1886, alguns policiais morreram, em consequência da explosão de uma bomba, quando tentaram dissolver pela força uma demonstração pacífica de operários, promovida, em Chicago, por August Spies, que foi preso e executado, juntamente com outros anarquistas (Albert Parsons, George Engel Adolph Fischer), embora nada fosse provado contra eles. A tolerância com a divulgação de ideias revolucionárias acabou nos EUA, em meio da repressão que se seguiu ao conflito de Chicago, os partidos socialistas trataram de desfazer quaisquer vínculos com as correntes anarquistas, mas o terrorismo individual prosseguiu, nos mais diversos países. O imperador do Brasil, Dom. Pedro II (1824-1891), escapou de um atentado, no Rio de Janeiro, ao sair do Teatro Sant’Ana, em 15 de julho de 1889, quando, após um pequeno tumulto provocado por alguém que gritara “Viva o partido republicano”, um jovem português, Adriano do Vale, disparou três tiros contra a sua carruagem<sup>56</sup>. Ao contrário do que ocorreu na Alemanha, onde Hödel fora decapitado por tentar assassinar o imperador Wilhelm I, Dom Pedro II não deu importância ao fato e perdoou o terrorista. Mas quatro meses depois, os militares desfecharam um



golpe de Estado e instituíram a república. E em 5 de novembro de 1897, o soldado Marcelino Bispo, partidário do marechal Floriano Peixoto, atirou contra o primeiro presidente civil do Brasil, Prudente de Moraes, no cais do porto do Rio de Janeiro, e atingiu e matou o ministro da Guerra, marechal Carlos Bittencourt<sup>57</sup>. Na Suíça, um anarquista italiano, Luigi Luccheni, assassinou, em 1898, a imperatriz Elizabeth de Wittelsbach (Sissi), esposa do imperador Francisco José I, da Áustria. Outro anarquista, Gaetano Bresci, matou em 1900 o rei da Itália, Umberto I, em Monza. Um ano depois, 1901, Leon Czolgosz, anarquista americano de 28 anos, influenciado pela doutrina de Emma Goldman (1869-1940)<sup>58</sup>, abateu a tiros de revólver mais outro presidente dos EUA, William McKinley (1843-1901), durante a Exposição Pan-Americana, em Búfalo (New York).

### **Terrorismo e Bolchevismo**

Na Rússia, o castigo infligido aos presos políticos foi que impeliu Vera Ivanovna Zasulich (1849-1919), em 1878, a atentar contra a vida do general Theodore Trepov, governador militar e chefe da polícia de St. Petersburg, exprimindo um sentimento geral de indignação contra o governo do czar Alexandre II. Seu exemplo inspirou os círculos da intelligentsia revolucionária, que não contavam com apoio de massa. E o terrorismo individual, começando como ato de simples vingança, tornou-se método de luta política, constituiu um sistema e, ao contrário do que ocorreu nos países da Europa Ocidental e nos EUA<sup>59</sup>, assumiu forma organizada, entre 1879 e 1781, com a cisão do movimento populista – *Narodnichestvo* – que imaginava poder a Rússia saltar diretamente do feudalismo para o socialismo, sem passar pelo purgatório capitalista<sup>60</sup>. Uma de suas correntes criou

a *Narodnaya Volya* (Vontade do Povo), com a intenção expressa de assassinar o czar Alexandre II (1855-1881)<sup>61</sup>, mediante incessantes esforços para executar essa decisão. Sua estratégia consistiu na realização de atentados contra os representantes da autocracia, a fim de despertar as massas populares para a revolução ou, ao menos, estimular os liberais na luta contra o czar Alexandre II. Toda a sua força se concentrava num comitê executivo, que se compunha de 28 pessoas e, até 1881, não possuiu mais de 37 militantes. Todos viviam na clandestinidade, sem qualquer relação social e familiar, devotados, exclusivamente, à causa revolucionária, conforme os mandamentos do *Der Revolutionskateschismus* (O Catecismo da Revolução), atribuído a Netchayeve, dispostos a sacrificar suas vidas, não tendo “negócios ou interesses pessoais, nem sentimentos ou afeições, nem propriedade, nem mesmo um nome, absorvidos por um só interesse exclusivo, um só pensamento, uma só paixão: a revolução”. Demonstravam extraordinário talento de organização, mas seu isolamento propiciou o êxito da repressão policial. De agosto de 1878 a dezembro de 1879, para cada duas vítimas dos atentados, entre o pessoal do governo, dezessete revolucionários morreram na forca. Contudo, Alexandre II finalmente tombou com a explosão de uma bomba, em 1º de março de 1881, 1881, ano em que o presidente James A. Garfield também foi assinado nos EUA<sup>62</sup>. Seu filho, Alexandre III, ascendeu ao trono e, longe de ceder, não apenas derogou muitas das reformas<sup>63</sup> empreendidas pelo pai como intensificou ainda mais a repressão. E nenhuma organização podia sobreviver, na clandestinidade, sem apoio efetivo da população. Em 1885, a *Narodnaya Volia* estava praticamente liquidada. Porém, toda vez que a intolerância da autocracia,

no seu obscurantismo, impedia o curso pacífico das manifestações de protesto, a *intelligensia* voltava suas esperanças para a dinamite. E a palavra de ordem da *Narodnaya Volia* – “Um Alexandre depois do outro” – readquiriu força para seduzir parte da mocidade e canalizar seu desespero. Assim, quando a polícia, em 1886, proibiu a homenagem à memória do publicista radical Nicolai A. *Dobroliubov*, devido ao seu caráter político, um grupo de estudantes recordou: “Um Alexandre depois do outro”. Alexandre III deveria ter o mesmo destino que Alexandre II. Não restaria outra saída senão a bomba. E começou a preparação do atentado. A esse grupo pertencia Alexandre Ulianov, (Sashka, para seus familiares). Tinha 21 anos, cursava a Universidade de Petersburg e caiu preso, em 19 de março de 1887, quando atravessava a *Perspectiva Nevsky* com um exemplar do Dicionário de Medicina, oco por dentro, contendo a dinamite e algumas cápsulas de estriquinina. Talvez não fosse Alexandre Ulianov o dirigente da conspiração. Mas, diante da polícia e do tribunal, assumiu todas as responsabilidades e declarou.

(...) Nossa cultura é tão fraca, fisicamente, e tão desordenada, que na época atual não se pode lançar em luta aberta. É apenas pelo terrorismo que ela se torna capaz de defender seu direito de pensar e sua participação intelectual na vida da sociedade. O terrorismo é a forma de luta criada no século XIX, como única defesa acessível à minoria, que apenas é forte no espírito e na convicção de sua razão contra as ideias de força da maioria. (...) Na Rússia, será sempre possível encontrar dez pessoas tão leais às suas ideias e tão tristes com sua terra que não será sacrifício para elas morrer por esta causa. Nada poderá amedrontar tais pessoas<sup>64</sup>.

Dos quinze acusados (o mais velho tinha 28 anos), cinco receberam a sentença de morte<sup>65</sup> e, entre eles, Alexandre Ulianov, que subiu ao patíbulo em 5 de maio de 1887, na fortaleza de Schluselburg. “Alexandre Ulianov tornou-se herói de uma nação que jamais o tinha visto ou ouvido falar dele” – ressaltou Louis Fischer, biógrafo de seu irmão mais jovem, Vladimir Ilitch Ulianov, o futuro Lenin, então com 17 anos.

A socialdemocracia internacional – Trotsky ressaltou em 1911 – sempre se opusera “da maneira mais irreconciliável” a essa classe de terrorismo, o terrorismo individual, considerando-o “inadmissível” precisamente porque apequenava “o papel das massas em sua própria consciência”, as fazia aceitar sua impotência e voltar os olhos para “o grande vingador e libertador que algum dia virá cumprir com sua missão”<sup>66</sup>. Segundo Trotsky, o terrorismo individual, como método para a revolução política, representava o aporte “nacional” russo”, pois, embora o assassinato de tiranos fosse quase tão antigo quanto a instituição da tirania, o terror sistemático, que assumiu a tarefa de eliminar sátrapa atrás de sátrapa, ministro atrás de ministro, monarca atrás de monarca – “Sashka atrás de Sashka”<sup>67</sup> – ajustava-se à hierarquia burocrática do absolutismo e criava sua própria burocracia revolucionária, fora “produto dos singulares poderes criadores da intelectualidade russa”<sup>68</sup>. Porém, não somente o terrorismo individual, como método para a revolução política, fora produto desses “singulares poderes criadores da intelectualidade russa”. Lenin, embora aderisse à socialdemocracia, ao contrário do seu irmão Alexandre Ulianov, e condenasse o terrorismo individual como inútil e inconveniente<sup>69</sup>, sempre admirou a combatividade e a organização da

*Narodnaya Volia*. Nunca deixou de olhar com respeito e veneração aqueles revolucionários que, recorrendo ao terrorismo, tomaram na luta contra a autocracia. Seu irmão, Alexander, fora um deles. E essa admiração ele extravasou, ao lembrar que muitos dos socialdemocratas, dirigentes do movimento operário, começaram a pensar, revolucionariamente, como *narodovoltsi*. “Quase todos rendiam em sua mocidade um culto entusiasta aos heróis do terror, e muito lhes custou renunciar à impressão sedutora dessa tradição heroica” – ele escreveu<sup>70</sup>. Nadezda Krupskaja, em suas memórias, considerou esse parágrafo como um pedaço da biografia de Lenin. Com efeito, Lenin valorizou vontade como fator revolucionário, entendendo que, nas condições da Rússia, não podia haver movimento revolucionário sólido sem uma organização clandestina de dirigentes estáveis, entregues profissionalmente às atividades revolucionárias, a fim de dificultar a repressão policial<sup>71</sup>. E concebeu um modelo de partido político – o do partido bolchevique, fração do Partido Operário Socialdemocrata – com base na organização da *Narodnaya Volia*, dirigida por um Zhelyabov, um Comitê Executivo clandestino, e cujo erro – Lenin julgava – fora não ligar suas atividades ao movimento de massas, à luta de classes, às greves e aos combates de rua. Esse modelo de organização, concebido por Lenin, para “preparar, fixar e levar a prática a insurreição de todo o povo”<sup>72</sup>, era o mesmo que o populista russo Piotr Nikititsch Tkatchow (1844-1885) preconizara, em 1875, em uma brochura, intitulada *Nabat* (A campanha de alarme) e publicada em Genebra, defendendo a teoria de que a revolução na Rússia somente poderia ser desencadeada, por um pequeno grupo disciplinado e submetido,

hierarquicamente, a uma direção centralizada, que viesse a capturar o poder político, por meio de uma conspiração. Essa concepção era similar à do revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui (1805-1881)<sup>73</sup>, segundo a qual uma pequena minoria bem organizada poderia, em determinado momento, efetuar *un coup de main révolutionnaire* e conduzir as massas a uma revolução vitoriosa, concepção esta duramente criticada por Marx, bem como por Engels, que, respondendo a Tkatchow, qualificou como falsa a afirmativa de que para os revolucionários russos nenhum outro meio havia senão a pura conspiração<sup>74</sup>.

A ideia da revolução, como resultado de uma conspiração empreendida por uma pequena minoria bem organizada e disciplinada, que Netchayev e Tkatchow defenderam, refletiu, entretanto, as idiosincrasias políticas e culturais da Rússia, onde o capitalismo se desenvolvia, lenta e tardiamente, de forma complexa e irregular, amalgamando diversas etapas do processo histórico de sua formação econômica e social. Na Rússia, em fins do século XIX e início do século XX, camponeses (80%)<sup>75</sup> e artesãos ainda conformavam a maior parte da população. O artesanato ainda não se desvinculara completamente da agricultura. O proletariado surgira do campesinato, poucas décadas havia, ao contrário do que ocorrera na maior parte a Europa Ocidental, cuja classe operária se formara, basicamente, com descendentes dos trabalhadores das guildas medievais, dos quais herdaram uma cultura urbana e as tradições. E a autocracia bizantina (1% de nobreza hereditária)<sup>76</sup>, representada pela dinastia dos *Romanov*, constituía o regime político, que capeava aquele estado de tipo asiático, despótico, aparelhado com uma polícia política e social, a *Okrana*,

sempre a reprimir, violentamente, todas as tentativas de contestação, inclusive da intelectualidade. Marx e Engels, porém, formularam sua doutrina a partir do estudo do capitalismo industrial, cujo epicentro fora Inglaterra, onde milhares de operários já se concentravam nas fábricas, sem mais vínculos com o campo, e os artesãos, bem como os pequenos comerciantes, embora lutassem para sobreviver, tinham as liberdades garantidas, dentro da monarquia parlamentar. Destarte, trasladado da Europa Ocidental, a doutrina de Marx e Engels defrontou-se, na Rússia, com uma realidade distinta da que a gerou, a da Inglaterra, na segunda metade do século XIX. Lenin adotou-a, mas a adaptou às condições sociais e políticas existentes na Rússia, onde a violência era inerente à sua cultura e tradição. Ele criticou o terror da *Narodnaya Volia* apenas porque era a “vingança contra indivíduos isolados”, era o “complot de grupos de intelectuais”, “não estava em absoluto ligado ao ânimo das massas”, “não preparava nenhum dirigente combativo” e resultava da falta de fé na insurreição, da falta de fé nas condições para a insurreição”. Mas admitiu as expropriações e o sequestro de fundos financeiros do governo, visando a angariar recursos e armas para o partido, a execução de alcaguetes, de policiais, de gendarmes, a explosão das delegacias de polícia e a libertação dos detidos. O militante bolchevique corporalizou, assim, o revolucionário profissional idealizado em *Der Revolutionskatechismus*. Pautou sua conduta pelo princípio de que o fim, a revolução, justificava os meios, ou seja, adotou a moral dos Jesuítas aumentada, a que Marx e Engels se referiram, criticando Netchayev, para quem o protótipo do revolucionário era o ladrão<sup>77</sup>. E daí os crimes políticos e

outros delitos, como assaltos a bancos e expropriações<sup>78</sup>, dos quais os bolcheviques participaram, logo após a derrota da revolução de 1905<sup>79</sup>, ao tempo em que governo autocrático desencadeava violenta repressão (expedições punitivas, assassinato de revolucionários) e as ações terroristas, individuais ou de grupos, incursões de guerrilha e explosões continuaram a convulsionar a Rússia. Apesar da oposição de muitos socialdemocratas, Lenin entendia que nenhum marxista podia condenar, pura e simplesmente, “a guerra de guerrilhas, o terror geral das massas”, que, quase sem interrupção, se estendia por toda a parte da Rússia. De certo, nem todos os que passaram à guerrilha, após o fracasso da revolução de 1905, eram socialdemocratas, da facção bolchevique.

Oriundos da *Narodnaya Volya*, os militantes do Partido Socialista-Revolucionário (populistas), que era relativamente mais numeroso do que cada uma das facções da socialdemocracia (bolcheviques e mencheviques)<sup>80</sup>, recorreram outra vez aos assassinatos punitivos. Em realidade, eles não haviam abandonado as práticas terroristas dos *narodniki*, no estilo da *propagande par le fait*, com o propósito de personalidades odiosas, responsáveis pela repressão. A brutal represália contra os operários em greve e a turbulência nas universidades, com prisões, invasões de domicílio, condenações ao exílio, os pogroms contra os judeus e outras violências incitavam o terrorismo<sup>81</sup>. Entretanto, agentes da *Zagranichnaia Okhrana*<sup>82</sup>, (polícia secreta russa), infiltrados principalmente no Partido Socialista-Revolucionário, que consideravam a organização mais perigosa, participaram, muitas vezes, na preparação dos atentados, ou mesmo os instigaram, visando a facilitar a captura e extermínio dos opositores da autocracia.

Em 27 de fevereiro de 1901, um estudante, membro do Partido Socialista-Revolucionário, assassinou Nicolai Parlovich Bogolepov, ministro da Educação da Rússia e, em 1902, outros militantes da mesma organização tentaram matar Dimitri F. Trepov, chefe da polícia de Moscou, mas foram presos. O diretor da *Okhrana*, S.V. Zubatov (1868-1917), já dispunha da informação e conhecia a identidade de todos, fornecida por um agente duplo Yevno Philopovich Azev (1869-1918). Azev também colaborou com Gregory Gershuni (1870-1908), fundador da Organização de Combate do Partido Socialista-Revolucionário<sup>83</sup>, na preparação do assassinato de Dimitri Sipiagin, ministro do Interior da Rússia, executado pelo estudante S. B. Balmashov, e N. M. Bogdanovich, governador de Ufa (Kiev), por outro socialista-revolucionário em 1903. Gregory Gershuni foi preso, teve a pena de morte comutada para prisão na Sibéria. Balmashov foi enforcado. Azev, assumindo a direção da organização terrorista, induziu um estudante nacionalista finlandês, em 1904, a matar o general russo Nicolai Ivanovich Bobrikov, governador da Finlândia, e articulou também o assassinato, em St. Petersburg, do ministro do Interior, Vyacheslav Konstantinovich Plehve<sup>84</sup> (1846-1904), esfaçalhado por uma bomba que Egor Sozonov lhe jogara<sup>85</sup>. No ano seguinte, 17 de fevereiro (4 de fevereiro no calendário juliano), de 1905, o socialista-revolucionário Ivan Kaliev, finalmente, eliminou, também com a explosão de uma bomba, o Grão-Duque Serge Alexandrovich Romanov (1857-1905), sobrinho predileto do Czar Nicholas II, o que deixara de fazer, dois dias antes, para não matar pessoas inocentes, ao ver que na carruagem também estavam a grã-duquesa Elisabeth, e seus dois filhos, Marie e

Dimitri<sup>86</sup>. “Não quis a vossa morte, assim como estava disposto a fazer todo o possível para assegurar o êxito de meu atentado contra o príncipe” - disse Kaliev à viúva da vítima, a grã-duquesa Elisabeth, que o foi visitar dia 20 de fevereiro, na prisão<sup>87</sup>. E ela comentou: “Você deve ter sofrido muito ao tomar essa decisão”. “Não importa se eu sofri muito ou não” - respondeu Kaliev, acrescentando: “Sim, sofri, mas uni meu sofrimento ao de milhões de outros. Muito sangue está sendo derramado em torno de nós e, não obstante, não temos outra forma de protestar contra o governo cruel e a terrível guerra”<sup>88</sup>. Ele aludiu à desastrosa guerra contra o Japão (1904-1905) e ao massacre de 22 de janeiro de 1905 (9 de janeiro no calendário Juliano), o Domingo Sangrento, ocorrido algumas semanas antes do assassinato do Grão-Duque Serge Alexandrovich, quando a *Okhrana* metralhou milhares de camponeses e operários, que se dirigiam ao Palácio do Inverno, pacificamente, reclamando reformas<sup>89</sup>.

O Domingo Sangrento e a derrota da Rússia, na guerra com o Japão, concorreram para desencadear a insurreição de 1905, levando o Czar Nicholas II a lançar o manifesto de 17 de outubro, transformando a Duma em assembleia legislativa e concedendo direito de voto (em dois e três graus) à classe média urbana e ao operariado. A revolução, entretanto, fracassou. A reação logo sobreveio, com pogroms, que resultaram na morte de 4.000 judeus (só em Odessa 500 foram mortos) e 10.000 feridos, em 110 cidades e vilas da Rússia<sup>90</sup>. Ao fim de 1905, cerca de 250 pessoas foram arbitrariamente fuziladas. E as execuções prosseguiram em janeiro de 1906, mês em que, no dia 6, Maria Alexandrowna Spiridinowa (1884-1941), também da ala terrorista do Partido Socialista Revolucionário,

assassinou, na estação ferroviária de Borisoglebsk, o chefe de segurança do governo provincial de Tambov, G. N. Luzhenovskii, acusado de torturar camponeses<sup>91</sup>. As expedições de represália restabeleceram a ordem, com um frio furo, porém, como Victor Serge ressaltou, semearam ódios terríveis nas províncias bálticas, na Sibéria e no Cáucaso. Os bolcheviques, em algumas regiões, passaram a luta de guerrilhas, assim como os socialistas-revolucionários. Alguns grupos, no entanto, congregavam o *lumpenproletariat*, os vagabundos, a periferia social, e o número de assassinatos saltou de 233, em 1905, para 768, em 1906, e para 1.231, em 1907<sup>92</sup>, período em que os socialistas-revolucionários assumiram a autoria de 191 atos de terrorismo. Nesse mesmo período, mais de mil atentados, de várias espécies, foram perpetrados somente na Transcaucásia. Outros ocorreram nos

Urais. E nas ruas de Varsóvia, dezenas de policiais e soldados foram assassinados, em 2 de agosto de 1906, por inspiração dos dirigentes do Partido Socialista Polonês, com o propósito de estimular o ânimo revolucionário. A onda de atentados terroristas, que recomeçara em 1901, atingiu o ápice, na Rússia, entre 1905 e 1907, ano em que o número de assassinatos foi da ordem de 1.231, porém, depois, o número decaiu, para 400, em 1908, e apenas 100, em 1909<sup>93</sup>, cessando, praticamente, em 1º de setembro de 1911, quando Dimitri Bogrov (1887-1911), socialista-revolucionário e agente da *Okhrana*<sup>94</sup>, assassinou, na Ópera de Kiev, o primeiro-ministro Pjotr Arcadjevic Stolypin (1862-1911), autor de várias reformas, inclusive a Constituição de 1906, e responsável pela execução de mais de 3.000 pessoas, entre 1906 e 1909.



\* **LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA** é Doutor em Ciência Política, professor titular (aposentado) de História da Política Exterior do Brasil na Universidade de Brasília e autor de várias obras sobre as relações dos EUA com o Brasil e os demais países da América Latina, entre os quais *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil - 1961-1964* e *De Marti a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*.

<sup>1</sup> C. Suetonius Tranquillus. De vita Caesarum, Stuttgart: Philipp Reclam jun., p. 108. Plutarch. Alexander – Caesar, Stuttgart: Philipp Reclam jun, pp. 187-189.

<sup>2</sup> Na antiga Roma, *perduellis* significava o inimigo interno; e *hostis*, o inimigo estrangeiro, razão pela qual todo crime de *perduellio*, alta traição ou insurreição, equivalia à guerra contra o Estado romano. O julgamento por *perduellio* (*perduellionis iudicium*) existiu até os últimos tempos da República, porém o nome caiu em desuso e várias *leges* foram decretadas, determinando mais precisamente o sentido de

majestas. Sabe-se que por volta de do ano 483 a.C., o cidadão Cássio foi condenado à morte por *perduellio*. O termo *perduellio* é derivado da fusão de *per* e *duellum*, que significa depois da guerra. *Perduelles dicuntur hostes; ut perfectit, sic perduellis, a per et duellum: id postea bellum.*

<sup>3</sup> Shakespeare, William. *Julius Caesar*, Act 3, Scene 1, in Shakespeare, William. *The Complete Works*. New York: Random House, 1952, p. 983.

<sup>4</sup> Caesar criara Marcus Iunius Brutus como filho e quando o viu, entre os conspiradores, exclamou em grego: “*Kai su teknon*” (Até tu!). Brutus era descendente de Iunius Brutus, que liderou a revolta e assassinou o último rei de Roma Tarquinius, em 509 a.C., após o que foi instaurada a república.

<sup>5</sup> “*Tutti gli stati, tutti i’ dominii che hanno avuto e hanno imperio sopra gli uomini sono stati e sono o repubbliche o principati*”. Machiavelli, Niccolò. *Il Príncipe* (Der Fürst), Stuttgart: Philipp Reclam Jun., 1986, p. 9. Na edição brasileira: Maquiavel, Niccolò. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 3.

<sup>6</sup> No *Digesto* (.48 tit.4 s1), uma compilação das decisões dos juriconsultos romanos, Domiciano Ulpiano (150-228 d.C), definiu como o crimen

laesae, imminutae, diminutae, minutae, majestatis como “crimen illud quod adversus Populum Romanum vel adversus securitatem ejus committitur”.

<sup>7</sup> Bloch, Leon. *Luchas Sociales en la Antigua Roma: el origen de las clases y las relaciones económicas*. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1946, pp. 80-81.

<sup>8</sup> Plutarch. *Alexander – Caesar*, Stuttgart: Philipp Reclam jun., p. 186.

<sup>9</sup> “Percussorum autem fere neque triennio quisquam amplius supervixit neque sua morte defuntus est”. C. Suetonius Tranquillus. *De vita Caesarum*, Stuttgart: Philipp Reclam jun., p. 116.

<sup>10</sup> Após a derrota dos exércitos de Cassius e Brutus, Philippo tornou-se colônia de Roma com o nome de Colonia Iulia Philippensis. Alguns anos depois, 31 a. C., ela foi denominada Colonia Augusta Iulia (Victrix) Philippensium.

<sup>11</sup> As divergências com Augustus acentuaram-se depois que Marcus Antonio abandonou a esposa Octavia, irmã de Augustus, e uniu-se a Cleópatra. Enfraquecido pelas guerras contra os Parthians (36-34 a. C.), foi derrotado por Augusto (31 a. C.) na batalha naval de Actium, um promontório ao norte de Acarnania (Grécia), na boca de Sinus Ambracius (Golfo de Arta). Marcus Antonius suicidou-se no Egito, quando recebeu a informação falsa de que Cleópatra morrera na queda de Alexandria.

<sup>12</sup> Reinou entre os anos 81 e 96 d. C. sob o nome de César Domiciano Augusto Germânico.

<sup>13</sup> A esposa de Domiciano, Domicia Longina, participou da conspiração para assassiná-lo, em 96 d.C., e morreu velha, de morte natural, por volta do ano 150 d.C.

<sup>14</sup> Seu nome era Lucius Septimius Basianus. Só a partir de 196 assumiu o nome de Marcus Aurelius Antonius Basianus.

<sup>15</sup> Marco Aurelio Antonino Basiano reinou entre os anos 211 e 217d.C. com o nome de Marco Aurélio Severo Antonino Augusto, também chamado Marco Aurélio Antonio César, tornou-se famoso como Caracalla, porque introduziu na moda romana uma capa larga ou túnica chamada caracalla, usada na Galia, onde ele nascera

<sup>16</sup> Kautsky, Karl. *El Cristianismo: sus orígenes y fundamentos*. México: Ediciones Frente Cultural. 1939, pp. 303-304.

<sup>17</sup> Os zelotes alegavam que o assassinato de outros judeus visava a demonstrar as consequências da imoralidade da colaboração com os invasores e que os romanos não tinham condições de protegê-los. O recurso ao terror, porém, resultou somente no prolongamento do conflito, aumentando os sofrimentos e agravando a raiva do vencedor final, até as piores

atrocidades, conforme Karl Kautsky observou. Id. *ibid.*, pp. 306-307.

<sup>18</sup> Jesus o nazareno, rei dos judeus.

<sup>19</sup> Constantinus I costumava exortar seus súditos à conversão, embora ele próprio só viesse a receber o batismo pouco antes de morrer, em Ancirona, perto da Nicomedia (Izmit, Turquia), em 22 de maio de 337.

<sup>20</sup> Marx, Karl – “Zur Judenfrage”, in Marx, K & Engels, F. Werke. Berlin: Dietz Verlag, Band 1, 1981, p. 359.

<sup>21</sup> Kropotkin, Pedro. *A Grande Revolução (1789-1793)*, Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955, vol. II, p. 287.

<sup>22</sup> Edmund Burke é autor de várias obras, entre as quais a célebre *Reflections on the Revolution in France, and on the proceedings in certain societies in London relative to that event* (November 1790). Esta obra circulou em toda a Europa, encorajando os governantes a hostilizar Revolução Francesa.

<sup>23</sup> No dia 13 de julho, ela comprou uma faca de açougue e procurou Marat na sua residência, 30, *rue des Cordeliers*, fingindo-se de simpatizante dos jacobinas que desejava denunciar alguns girondinos. Quando entrou, viu Marat na banheira, onde demorava muito tempo devido às condições ruins de sua pele. Após dizer nomes de alguns girondinos, que ele anotou, ela o esfaqueou. Presa em seguida, foi condenada pela Tribunal Revolucionário e guilhotinada em 17 de julho de 1793. Charlotte de Corday era descendente do dramaturgo francês Pierre Corneille.

<sup>24</sup> Uma vez que os ricos conseguiam escapar para a Inglaterra ou outros países, a guilhotina cada vez mais atingia os pobres. Dos 2.750 guilhotinados de que Louis Blanqui encontrou o estado, somente 650 pertenciam às classes abastadas. Kropotkin, Pedro. *A Grande Revolução (1789-1793)*, Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955, vol. II, pp. 287-288.

<sup>25</sup> A existência do plano somente foi revelada em 1831, após a sua abdicação.

<sup>26</sup> Sociedade secreta que surgiu na Itália meridional, entre 1807 e 1816, provavelmente de uma cisão na Maçonaria. Estendeu-se depois à Espanha e França e responsável, em larga medida, pelos levantes de 1820 (Espanha e Nápoles), e 1821 (Piemonte). Após 1830, os Carbonari italianos gradualmente foram absorvidos pelo Risorgimento.

<sup>27</sup> No final dos anos 60 do século XIX, o movimento nacionalista para libertar a Irlanda do domínio da Inglaterra reacendeu-se e dividiu-se então em duas tendências. Uma corrente optou pela propaganda, agitação e trabalho no Parlamento. A outra, a partir de 1863, voltou-se

para a luta armada, proposta pelos The Fenians, os Fenianos, de James Stephens e John O'Mahony, que em 1858 fundaram essa sociedade secreta, também conhecida como Irish Republican Brotherhood (IRB), em Dublin e New York. Eles se aproveitaram do clima da Guerra Civil nos EUA, e em 1866 uma incursão no Canadá, com o objetivo de dar um golpe na Inglaterra. O nome Fenian vem do gaélico Fianna, um grupo de guerreiros comandado por Finn MacCool, uma das grandes figuras heroicas da mitologia irlandesa, juntamente com CuChulainn. O filho de Finn MacCool foi Oisín (Isheen), um dos poucos mortais a ser convidado para visitar Tir Nan Og, região mitológica para onde os gnomos irlandeses fugiram quando suas terras foram tomadas pelos Milesians. Lá eles passavam os dias festejando, fazendo amor, jogando e ouvindo música.

<sup>28</sup> Carlo Pisacane (1818-1857) foi um revolucionário e patriota italiano. Após fugir de Nápoles, em 1847, viveu em Marsigliá, Londres, Paris e Argélia, onde se alistou na Legião Estrangeira. Mas, ao irromper a insurreição em Milão, regressou à Itália e, em 1849, participou da Comissão de Guerra e foi o chefe do estado-maior das forças que defendiam a República romana. Em 1851, publicou o livro *Guerra combatida na Itália nos anos 1848-1849*. Suas posições políticas eram por vezes bastante radicais, com tendências socialistas, e, por volta de 1855, reaproximou-se de Giuseppe Mazzini, fundador da Giovine Italia, movimento revolucionário, republicano e nacionalista, que lutava pela reunificação da Itália. Seu plano foi deflagrar a luta armada no Sul da península. Pisacane não teve condições de efetivá-lo. Em 25 de junho de 1857, tentou outra vez, desembarcando na ilha de Ponza, com vinte e quatro companheiros, e libertando todos os prisioneiros, dos quais algumas centenas o acompanharam a Sapri, para começar a insurreição. Pisacane derrotado e ferido, suicidou-se.

<sup>29</sup> Mehring, Karl. Karl Marx: *Geschichte seines Lebens*. Berlin: Dietz Verlag, 1985, pp. 393 e 394.

<sup>30</sup> “Esta explosão feniana em Clerkenwell é uma grande estupidez”. Marx and Engels, in *Manchester, London, 14.12.1867*, in Marx, Karl & Engels, Friedrich. *Werke*. Berlin: Dietz Verlag, 1974, Band 31, p. 409.

<sup>31</sup> Engels and Marx, in *London, Manchester, 19.12.1867*, id., *ibid.*, p. 413.

<sup>32</sup> A alusão de Engels à América decorre do fato de que a *Irish Republican Brotherhood*, que promoveu o movimento Feniano, foi fundada

pelos irlandeses nos EUA, com o objetivo de dar um golpe na Inglaterra, invadindo o Canadá.

<sup>33</sup> “Diese Menschenfresser sind dabei meist die größten Feiglinge, wie auch der p.p. Allen bereits queen evidence (Kronzeuge) geworden zu sein scheint. Dabei die Idee, Irland zu befeien, indem man einen Londoner Schneiderladen in Brand steckt”. Engels and Marx, in *London, Manchester, 19.12.1867*, id., *ibid.*, p. 414.

<sup>34</sup> Bakunin, Michael. *Estatismo y Anarquia*, Buenos Aires: Ediciones Obis S. A., 1984, p. 216.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, p. 199.

<sup>36</sup> Id., *ibid.*, p. 163.

<sup>37</sup> Serguei Netchayev era um jovem de 20 anos, filho de servos russos que o senhor permitiu cursar um seminário para tornar-se mestre escolar. Ele chegou a Genebra, em março de 1969, apresentando-se como delegado de suposto um comitê de estudantes de St. Petersburg e fugitivo da prisão. Mehring, Karl. Karl Marx: *Geschichte seines Lebens*. Berlin: Dietz Verlag, 1985, p. 466. Wheen, Francis. Karl Marx. London: Fourth Estate, 1999, pp. 345-346. Marx, Karl & Engels, Friedrich. *Ein Komplot gegen de Internationale Arbeiterassoziation – Im Auftrage des Haager Congresses verfaßter Bericht über das Treiben Bakunin's und der Allianz der socialistischen Democratie*, in Marx & Engels. *Werke*. Berlin: Dietz Verlag, Band 18, 1976, p. 398.

<sup>38</sup> Mehring, Karl. Karl Marx: *Geschichte seines Lebens*. Berlin: Dietz Verlag, 1985, pp. 466-467.

<sup>39</sup> Netchayev retornou a Moscou e constituiu um grupo - A Vingança do Povo - com estudantes do Colégio de Agronomia, porém, um dos integrantes, Ivan Ivanovitch Ivanow, pretendeu afastar-se, ao perceber a fraude, e Netchayev, denunciando-o como espião, assassinou com um tiro na nuca. Descoberta do cadáver, os militantes de A Vingança do Povo foram julgados e condenados as penas de trabalhos forçados e exílio. Netchayev conseguiu fugir, mas foi preso na Suíça e extraditado. Morreu em 1882, aos 35 anos, na Fortaleza de S. Pedro- S. Paulo.

<sup>40</sup> Engels na Theodor Cuno in Mailand, London, 24.1.1972, in Marx & Engels. *Werke*. Berlin: Dietz Verlag, Band 33, pp. 393.

<sup>41</sup> Essa brochura foi traduzida e publicada na Alemanha, em 1874, sob o título *Ein Komplot gegen de Internationale Arbeiterassoziation*. Id. *ibid.*, pp. 327-469.

<sup>42</sup> O *Der Revolutionskateschismus* é dividido em 4 capítulos, com 26 itens. Alguns autores atribuem erroneamente sua autoria a Bakunin. De qualquer modo, porém, se Bakunin não o escreveu, ele o leu e aprovou. Cole, G.H.D. *História del Pensamiento Socialista: II Marxismo*



y Anarquismo – 1850-1890. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1958, p. 187.

<sup>43</sup> “Der Revolutionskatechismus”, in Marx & Engels. Werke. Berlin: Dietz Verlag, Band 18, 1976, pp 427-431.

<sup>44</sup> Ibid., p. 431.

<sup>45</sup> Paul Brousse, em 1875, publicou um panfleto em que condenou o sufrágio eleitoral, como instrumento de dominação da burguesia, porém, desiludiu-se, posteriormente, com o anarquismo e as táticas de terror e fundou na França o Partido Socialista Possibilista.

<sup>46</sup> Alguns trechos da defesa de Émile Henry são bem elucidativos de como aquelas anarquistas pensavam:

“Vejam o segundo: o incidente no Café Terminus. Eu acabara de voltar a Paris na época do caso Vaillant (execução de Auguste Vaillant) e fora testemunha da terrível repressão que se seguiu à explosão no Palácio Bourbon. Vi as medidas draconianas que o governo decidiu tomar contra os anarquistas. Havia espões, buscas e prisões por toda a parte. Um grupo de indivíduos detidos indiscriminadamente, arrancados de seus lares e jogados nas prisões. Ninguém se preocupou em saber o que aconteceria às suas esposas e filhos enquanto esses camaradas permanecessem confinados. O anarquista já não era mais considerado um ser humano, mas uma besta selvagem que devia ser caçada sem tréguas enquanto a imprensa burguesa, escrava da autoridade, exigia em altas vozes que todos eles fossem eliminados. Ao mesmo tempo, panfletos e papéis libertários eram confiscados e aboliu-se o direito de reunião. (...) Como coroamento dessa cruzada contra os heréticos, ouvimos o Ministro do Interior, Sr. Reynal, declarar na Câmara dos Deputados que as medidas tomadas pelo governo tinham implantado o terror entre os anarquistas. (...) As palavras de Reynal eram um desafio arremessado aos anarquistas. O desafio foi aceito. A bomba encontrada no Café Terminus é a resposta a todas as violações à liberdade, às prisões, às buscas, às leis contra a imprensa, às deportações em massa, às guilhotinas. Mas - perguntarão vocês - por que atacar os pacíficos clientes de um café que estavam apenas sentados ouvindo música e que, não eram nem juizes, nem deputados, nem burocratas? Por quê? É muito simples. Os burgueses não faziam distinções entre os anarquistas. (...) E uma vez que vocês responsabilizam todo um partido pelas ações de um só homem e atacam, indiscriminadamente, nós também atacaremos sem escolher as vítimas. Achem talvez que devêssemos atacar somente os deputados que fazem as leis contra nós, os juizes

que aplicam essas leis, à polícia que nos prende? Não concordo. Tais homens são apenas instrumentos. (...) E não só eles, mas todos aqueles que concordam com a ordem vigente, que aplaudem os atos do governo e assim se tornam seus cúmplices; os funcionários que ganham três ou cinco mil francos por mês e que odeiam o povo com fúria ainda maior que a dos ricos, aquela massa estúpida e pretensiosa de gente que sempre escolhe o lado mais forte - em outras palavras, a clientela diária do Terminus e de outros grandes cafês! Foi por esta razão que ataquei ao acaso e não escolhi as minhas vítimas. (...) Não pouparemos as mulheres e crianças burguesas porque as mulheres e crianças daqueles que amamos também não foram poupadas. Não deveríamos incluir entre as vítimas inocentes, as crianças que morrem lentamente de anemia nos cortiços porque não há pão em suas casas? As mulheres que vão se tornando cada vez mais pálidas trabalhando nas fábricas, esfalfando-se para ganhar alguns tostões por dia e podendo se considerar felizes se a pobreza não as levar à prostituição? Ou os velhos que foram tratados como máquinas durante toda a vida e que agora são lançados ao monte de refugos nos asilos, quando já não têm mais forças para trabalhar? Tenham ao menos a coragem de assumir seus crimes, cavalheiros da burguesia, e reconheçam que nossas represálias são totalmente válidas. (...) Nessa guerra sem piedade que declaramos contra a burguesia, não queremos que ninguém tenha pena de nós. Matamos e sabemos suportar a morte. É por tanto com indiferença que aguardo a sentença. Sei que minha cabeça não será a última que vocês cortarão: outras ainda irão rolar, porque os que morrem de fome começam a aprender os caminhos que levam aos cafês e aos restaurantes, aos Terminus e Foyots. Outros nomes serão acrescentados à lista sangrenta dos nossos mortos. Vocês podem ter enforcado em Chicago, decapitado na Alemanha, garroteado em Jerez, fuzilado em Barcelona, guilhotinado em Montbrison e Paris, mas nunca conseguirão acabar com o anarquismo. (...) Suas raízes são demasiado profundas, ele nasceu no coração de uma sociedade que está apodrecendo e se desintegrando”. “A defesa de um terrorista” - por Emile Henry, in A Gazeta dos Tribunais, 27 abril, 1894.

<sup>47</sup> Sadi Carnot, apunhalado em Lyon, agonizou algumas horas e faleceu pouco depois da meia noite, em 25 de junho.

<sup>48</sup> Um dos atentados que cometera fora contra o *Comissariado des Bon-Enfants*, em 8 de novembro de 1892.

<sup>49</sup> Os anarquistas dividiam-se em várias correntes e adotavam distintos métodos de luta. Havia os partidários da transformação da sociedade por meios pacíficos, da ação direta não-violenta e a desobediência civil, como o príncipe Peter Kropotkin, que recomendava o não-pagamento de impostos, o repúdio ao serviço militar e a recusa ao reconhecimento dos tribunais de justiça. E havia os que apregoavam a violência, o terrorismo individual. Eram todos, porém, individualistas, defendiam a descentralização, o federalismo e a autonomia, bem como a liberdade, a igualdade e o consenso, opondo-se à hierarquia, ao mando e à autoridade. Também entendiam que as mudanças deviam ocorrer primeiro, na consciência do indivíduo, e, depois, na sociedade.

<sup>50</sup> “A defesa da violência individual – em certos casos coletiva – é tônica bastante frequente para eles (anarquistas)”. Carone, Edgard. Socialismo e Anarquismo no início do século. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, p. 145.

<sup>51</sup> Mehring, Franz. Geschichte der deutschen Sozial-Demokratie. Gesammelte Schriften. Berlin: Dietz Verlag, 1980, Band 2, pp. 492-500.

<sup>52</sup> Marx, Karl – “Konspekt der Reichstasdebatte” – Geschrieben Ende September 1878)), in Marx & Engels. Werke. Berlin: Dietz Verlag, 1976, Band 34, pp. 491-500.

<sup>53</sup> “... pura bakunista, fanfarronesca, inútil ‘propaganda pelo fato’”.

<sup>54</sup> John Wilkes Booth era um ator de 26 anos, racista e simpatizante da Confederação, os Estados separatistas do Sul, que se rebelaram contra o governo de Abraham Lincoln. Constou que, a princípio, ele planejou sequestrar Lincoln. Depois, mudou o plano para assassinar não apenas Lincoln, mas também o vice-presidente Andrew Johnson, o secretário de Estado William Seward, e o general Ulysses S. Grant, com o objetivo de criar um caos no governo dos EUA e favorecer a vitória da Confederação, durante a Guerra da Secessão (1861-1865). O general Grant declinou o convite de Lincoln para ir ao teatro e nada lhe aconteceu. Nenhum atentado se efetivou contra a vida do vice-presidente Andrew Johnson. Porém, o secretário de Estado, William Seward foi brutalmente atacado em sua residência e sobreviveu. Somente Lincoln morreu. E Booth nunca foi levado a julgamento porque foi logo morto, quando capturado. Após o assassinato de Abraham Lincoln, no Ford's Theatre, em Washington (14.4.1865), surgiram várias dúvidas sobre se o ator John Wilkes Booth agira solitariamente ou como instrumento de uma vasta conspiração. Essa suspeita nunca foi esclarecida.

<sup>55</sup> “Washington June 16, 1881. To the American People: I conceived the idea of removing the President four weeks ago. Not a soul knew of my purpose. I conceived the idea myself and kept it to myself. I read the newspapers carefully for and against the Administration, and gradually the conviction settled on me that the President's removal was a political necessity, because he proved a traitor to the men that made him, and thereby imperilled the life of the Republic... This is not murder. It is a political necessity...” Charles Guiteau. Affidavit/Address by Guiteau: “To the American People...” Dated June 16, 1881. Charles Guiteau Collection Folder Listing - Box: 1 Fold: 7 <http://gilib.lausun.georgetown.edu/dept/speccol/1/fl/fl133%7d1.htm#BOTTOM>

<sup>56</sup> Calmon, Pedro. História do Brasil. O Império e a ordem liberal (Século XIX – Conclusão). Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, vol. V., p. 1817.

<sup>57</sup> Em 26 de maio de 1897, a Escola Militar do Rio de Janeiro amotinara-se, certos os cadetes de que contariam com o respaldo de outras forças políticas e militares. O levante abortou.

<sup>58</sup> Emma Goldman nasceu em Kaunas (ou Kovno), Lituania, cresceu em Königsberg, na Prússia Oriental, e em St. Petersburg. Em 1885, emigrou para os EUA, ligou-se aos círculos socialistas e anarquistas, defendendo a ideia da propaganda pelo fato. Organizou um grupo com Alexander Berkman, que foi preso em 1892, devido à tentativa de assassinar o industrial Henry Clay Frick (1849–1919), presidente da Carnegie Steel Company, por haver reprimido, com guardas armados, as greves na fábrica em Homestead, Pennsylvania. Emma Goldman e Berkman criam que, matando os tiranos, representantes do cruel sistema capitalista, despertariam a consciência do povo. Porém, Berkman somente feriu Finch e foi condenado a 22 anos de prisão. Leon Czolgosz, depois, alegou que assinara o presidente McKinley inspirado por Emma Goldman, embora, àquele tempo, ela já não mais defendesse a violência como instrumento de luta política.

<sup>59</sup> A mais importante fonte psicológica do terrorismo individual quase foi sempre o sentimento de vingança, em busca de uma resposta para a opressão. Os atentados cometidos pelos anarquistas na Europa Ocidental e nos EUA frequentemente ocorreram depois de alguma violência do governo contra trabalhadores em greve ou execução de presos políticos.

<sup>60</sup> Os *narodniki* (populistas) manifestavam profunda hostilidade ao capitalismo industrial, cujas fábricas e minas estavam a gerar, no

Ocidente, as terríveis condições de miséria em que o proletariado, àquele tempo, ainda vivia. Eles defendiam uma espécie de socialismo camponês, imaginando organizar a sociedade, com base na comuna rural (*mir*), em torno da qual pequenas indústrias funcionariam, e pretendiam substituir o Estado por uma confederação. Os *narodniki* tornaram-se ativos a partir de 1860, influenciados pelos escritos de Alexander Herzen. Em 1874, tentaram difundir sua doutrina entre os camponeses e em 1876 formaram a sociedade secreta *Zemlia i Volia* (Terra e Liberdade), com o objetivo de promover a insurreição. Reprimidos pela polícia, uma corrente organizou a *Narodnaia Volya* e recorreu ao terrorismo. Depois do assassinato de Alexandre II, suas atividades declinaram, em virtude da repressão, e em 1901 os remanescentes do movimento *narodniki* fundaram o Partido Socialista Revolucionário. A socialdemocracia russa originou-se de uma outra corrente da *Zemlia i Volia*, chamada *Tcherny Perediel* (Partilha Negra), que procurou conservar a pureza do socialismo *narodniki*, da revolução camponesa. Seus dirigentes, que a princípio procuravam preservar o *mir* contra a industrialização, passaram a defender a industrialização contra o *mir*. Coube a George Vlantinovitch Plekhanov, líder do *Tcherny Perediel*, fundar em 1883 o primeiro núcleo da socialdemocracia russa, denominado Grupo de Emancipação do Trabalho.

<sup>61</sup> Alexandre II (1818-81), filho e sucessor Nicholas I, ascendeu ao trono durante a Guerra da Crimeia (1853-56) e foi czar da Rússia entre 1855 e 1881.

<sup>62</sup> Antes da explosão, que o matou em 1º de março de 1881, Alexandre II sofreu dois atentados, dos quais se salvou. O primeiro foi uma bomba lançada contra o trem imperial, perto de Moscou, em 19 de novembro de 1879, mas Alexandre II viajava em outro vagão. O outro atentado foi perpetrado em 5 de fevereiro de 1880, com uma bomba lançada no Palácio de Inverno. Onze pessoas morreram, mais de 50, sobretudo soldados, saíram feridas, e Alexandre II escapou ileso porque ainda não havia alcançado o salão de jantar onde a explosão ocorreu. Dezesesseis pessoas – homens e mulheres – foram responsabilizadas por esses dois atentados, submetidas à Corte Marcial em St. Petersburg (6.11.1880) e duas receberam pena de morte. Foram enforcadas na fortaleza de São Pedro e São Paulo. O terceiro atentado, no entanto, teve êxito. Em 1º de março de 1881, quando Alexandre II retornava ao Palácio de Inverno, duas bombas foram lançadas contra a

sua carruagem. A primeira falhou, mas a segunda atingiu o objetivo. Tirou a vida de Alexandre II.

<sup>63</sup> A mais importante reforma foi a emancipação dos servos (1861). O czar Alexandre II, porém, falhou porque não teve condições de promover a reforma agrária, distribuindo terras para os novos camponeses, libertos da servidão, o que criou muitos novos problemas. Em 1864, ele introduziu um limitado sistema de autogoverno parcialmente ocidentalizou o sistema judicial.

<sup>64</sup> Apud Fischer, Louis. A Vida de Lenin. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967, I vol., p. 22.

<sup>65</sup> Dois foram condenados à pena de prisão perpétua, e os demais, ao exílio.

<sup>66</sup> Trotsky, L. – “La posición marxista acerca del terrorismo individual”, in Trotsky, Leon. Contra el terrorismo. Bogotá: Editorial Pluma Ltda., 1978, pp. 16-18.

<sup>67</sup> Diminutivo de Alexandre, nome dos dois czares russos, Alexandre II e Alexandre III.

<sup>68</sup> Trotsky, Leon – “La bancarrota del terrorismo”, in Trotsky, Leon. Contra el terrorismo. Bogotá: Editorial Pluma Ltda., 1978, p. 24.

<sup>69</sup> ] Lenin – ¿Que hacer?, in Lenin, V.I. Obras Escogidas. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras, Tomo I, 1948, pp. 250-253 e 294-295

<sup>70</sup> Id., *ibid.*, pp. 349-350.

<sup>71</sup> Id., *ibid.*, p. 297.

<sup>72</sup> Lenin – ¿Que hacer?, in Lenin, V.I. Obras Escogidas. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras, Tomo I, 1948, p. 348.

<sup>73</sup> Louis-Auguste Blanqui seguiu a tradição de François Noël (Gracchus) Babeuf (1760-1797), que em 1796 liderou, na França, a *conspiration des égaux*, em 1796, com o propósito de fazer triunfar “la religion de l'égalité et de la démocratie”, e foi guillotinado em Paris em 25 de maio de 1797. Blanqui liderou uma tentativa de golpe de Estado em 1839 e foi um dos chefes da Comuna de Paris (1871). Ao longo de sua vida, passou 36 anos na prisão.

<sup>74</sup> “... Ist es falsch, daß den russischen Revolutionären kein andres Mittel bleibt als die reine Verschwörung”. Engels, Friedrich – “Flüchtlingsliteratur – Programm der blanquistischen Kommuneflüchtlinge” – IV, in Marx, Karl & Engels, Friedrich. Werke. Berlin: Dierz Verlag, 1976, Band 18, pp. 548-554.

<sup>75</sup> Hobsbawm, Eric J.. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988, p. 404.

<sup>76</sup> Id., *ibid.*, p. 404.

<sup>77</sup> “(...) Die einzige Verhaltensregel ist die gesteigerte Jesuitenmoral; das Urbild des Revolutionärs ist der Räuber”. Marx, Karl & Engels, Friedrich. Ein Komplot gegen de

Internationale Arbeiterassoziation – Im Auftrage des Haager Congresses verfaßter Bericht über das Treiben Bakunin's und der Alianz der socialistischen Democratie, in Marx & Engels. Werke. Berlin: Dietz Verlag, Band 18, 1976, pp. 407-408.

<sup>78</sup> Iossif Vissarionovich Dzhughashvili, conhecido como Koba e posteriormente como Stalin, organizou e/ou participou de assaltos a bancos no Cáucaso.

<sup>79</sup> Ulam, Adam B. *Staline: L'homme et son temps*. Paris: Éditions Calmann-Lévy et Éditions Gallimard, 1977, pp. 91-92. Volkogonov, Dmitri. *Stalin: Triumph and Tragedy*. Rocklin (Califórnia): Prima Publishing, 1996.

<sup>80</sup> O Partido Socialista-Revolucionário possuía cerca de 81.000 membros, 43,2% era operários, 45,2% camponeses e soldados e apenas 11,6% oriundos da intelligentsia e dos meios estudantis, conforme a pesquisa de L. I. Leonov, nos arquivos de 21.752 membros de 21 de suas organizações provinciais. O Partido Operário-Social Democrata Russo (marxista) estava dividido em duas facções mencheviques e bolcheviques, cada qual com cerca de 40.000. M. I. Leonov, "Chislennost' i sostav partii eserov v 1905-1907 gg.," in *Politicheskie partii v period revoliutsii 1905-1907 gg. Kolichestvennyi analiz* (Moscow, 1987), pp. 48-95, Apud Hildermeier, Manfred. "The Socialist Revolutionary Party of Russia and the Workers, 1900-1914", in *Workers and Intelligentsia in Late Imperial Russia: Realities, Representations, Reflections*, edited by Reginald E. Zelnik. University of California Press/University of California International and Area Studies Digital Collection, Edited Volume 101, 1999, pp. 206-227.

<sup>81</sup> Trotsky, Leon. *La Revolución de 1905*. Barcelona: Editorial Planeta, 1975, p. 66.

<sup>82</sup> A Okhrana foi criada em 1881 em resposta ao assassinato de Alexander II. Sua missão primordial fora proteger o Czar, a família imperial e a aristocracia russa. Depois foi ampliada para o combate às organizações revolucionárias, os terroristas e os grupos das minorias nacionais que lutavam pela independência. Andrew, Christopher & Gordiesky, Oleg. *KGB. The inside story*. New York: Harper Perennial, 1991, pp. 20-21.

<sup>83</sup> Azev e Gershuni eram judeus. Os constantes programas levaram centenas de judeus a aderir às organizações revolucionárias e a praticar o terrorismo.

<sup>84</sup> Plehve sucedera a Dimitri Sipiagin no Ministério do Interior, e fora responsável por um pogrom contra os judeus, em Kisahirey, em 1903. Nesse pogrom morreram vários parentes de Azev, que era judeu e nunca esquecera que o

Grão-Duque Serge Alexandrovich ordenara a expulsão dos judeus de Moscou em 1891.

<sup>85</sup> Egor Sozonov foi condenado a katonga perpétua na Sibéria. Em janeiro de 1911, deveria deixar a prisão e viver sob vigilância policial. Porém, em 28 de novembro de 1910, suicidou-se, ingerindo veneno, na prisão, como protesto contra os castigos corporais que estava a receber. Steinberg, I. N.. *En el Taller de la Revolución*. Buenos Aires: Editorial Americale, 1958, pp. 117-118. Serge, Victor. *O Ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993, p. 38.

<sup>86</sup> Steinberg, I. N.. *En el Taller de la Revolución*. Buenos Aires: Editorial Americale, 1958, pp. 118-119.

<sup>87</sup> Id., *ibid.*, p. 119.

<sup>88</sup> Ivan Kaliaev foi enforcado na fortaleza Schlüsselburg, perto de St. Petersburg, em 23 de maio e seu corpo ficou pendurado 30 minutos, até o enterramento.

<sup>89</sup> Okhrana metralhou vasta massa de camponeses e operários, calculada entre 120.000 a 200.000 pessoas, que com ícones religiosos marchavam pacificamente para o Palácio do Inverno, sob a liderança do padre Georgiy Gapon (1870-1906), levando ao Czar Nicholas II uma petição, reivindicando reformas, entre as quais 8 horas de trabalho, reconhecimento dos direitos operários e liberdades democráticas, com a outorga de uma Constituição. Centenas de pessoas morreram. O padre Gapon era, porém, um agente da Okhrana. Conseguiu fugir, viveu no estrangeiro, mas logo depois voltou, restabeleceu o contato com a Okhrana, até que um socialista-revolucionário o executou, em 1906.

<sup>90</sup> Serge, Victor. *O Ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993, p. 4, n. 22.

<sup>91</sup> Maria Spiridinowa foi presa, foi sentenciada à morte, mas teve a pena comutada e transformada em trabalho pesado. Libertada em 1917, foi exilada para a Ásia Central em 1925 e presa durante o terror stalinista, em 1937, quando foi condenada a 25 anos de prisão, com base em acusações absurdas. Em 1941, sem qualquer outro julgamento, foi fuzilada juntamente com um grupo de outros presos.

<sup>92</sup> Trotsky, Leon. *Stalin*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial. 1947, p. 136.

<sup>93</sup> Id., *ibid.*, p. 137.

<sup>94</sup> Dimitri Bogrov era judeu e foi recrutado pela Okhrana em 1906, após regressar da Universidade de München, onde estudara. Recebia um soldo de 150 rublos mensais. Supõe-se que ele decidiu assassinar Pjotr Stolypin, como um ato de remorso, por ter denunciado vários companheiros. Foi enforcado em 11 de setembro.